

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**SUSTENTABILIDADE EM ARRANJOS EMPRESARIAIS: ESTUDO
BIBLIOGRÁFICO DAS AÇÕES CORPORATIVAS PAUTADAS NO TRIPLE
BOTTON LINE**

**SUSTAINABILITY IN BUSINESS ARRANGEMENTS: A BIBLIOGRAPHIC STUDY
OF CORPORATE ACTIONS BASED ON THE TRIPLE BOTTON LINE**

Elizangela Maria Pas Menegon, Esmael Rossetto Bernardi, Beno Nicolau Bieger e Josiane Heinrich
Garlet

RESUMO

A sustentabilidade aborda a gestão dos negócios de forma a considerar os aspectos financeiro, social e ambiental, gerando em longo prazo benefícios a gerações futuras e as partes interessadas. As diferentes formações empresariais, tendem a trabalhar visando a cooperação. O objetivo deste artigo é analisar a influência da sustentabilidade corporativa nos arranjos empresariais. Como problema de pesquisa, definiu-se qual a influência da sustentabilidade corporativa nos arranjos empresariais? Esta pesquisa caracteriza-se de natureza descritiva, utiliza-se da pesquisa bibliográfica por recolher informações e conhecimentos prévios sobre determinado problema. Quanto à abordagem do problema, compreende-se como qualitativa, seguido de análise descritiva dos dados. As aglomerações produtivas representam ambientes férteis à cooperação, entre empresas, envolvendo também as instituições de ensino, isto propicia dinamismo na aprendizagem, nos processos reconhecidos como complexos, coletivos e interativos. Há que registrar, a ocorrência de aglomerados empresariais que se utilizam da sustentabilidade para influenciar ações corporativas pautadas por um sistema de valores empresariais, determinadas por ações praticadas pelos colaboradores, gerando assim valores próprios de cunho social.

Palavras-chave: sustentabilidade, arranjos empresariais, organizações sustentáveis.

ABSTRACT

Sustainability addresses business management in a way that considers financial, social and environmental aspects, generating long-term benefits for future generations and stakeholders. The different entrepreneurial formations tend to work towards cooperation. The purpose of this article is to analyze the influence of corporate sustainability on business arrangements. As a research problem, was it defined the influence of corporate sustainability on business arrangements? This research is characterized by a descriptive nature, it is used the bibliographic research for collecting information and previous knowledge about a problem. Regarding the problem approach, it is understood as qualitative, followed by a descriptive analysis of the data. Productive agglomerations represent fertile environments for cooperation, between companies, also involving educational institutions, this provides dynamism in learning, in processes recognized as complex, collective and interactive. It is necessary to register the occurrence of corporate clusters that use sustainability to influence corporate actions based on a system of corporate values, determined by actions taken by employees, thus generating social values of their own.

Keywords: sustainability, business arrangements, sustainable organizations.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação da competição dentro da realidade do capitalismo globalizado tem conduzido tanto a um processo de reorganização capitalista, envolvendo fragmentação ou dispersão geográfica das atividades econômicas, quanto tem colocado para os agentes econômicos a necessidade crescente de maior cooperação entre as firmas que operam nas diversas cadeias de valor.

Isto envolve o surgimento de uma competição por meio de redes a partir da formação de encadeamentos estratégicos entre firmas como forma de assegurar a competitividade. Nesse sentido, a cooperação interfirmas aparece como uma necessidade estratégica para os agentes econômicos que operam na economia capitalista, assim como surge o desafio de conciliar competição e cooperação. Para Gereffi et al (1994), o processo de globalização implica integração funcional ou integração competitiva dos diversos elos ao longo da cadeia de valor, pedindo uma governança eficiente da cadeia.

A sustentabilidade corporativa na empresa, nos diversos formatos que as representam, tendem a propiciar a perpetuação dos negócios ao longo dos tempos. As dimensões social, econômico e ambiental, influenciam todas as organizações que são interdependentes e não somente uma organização ou empresa de forma isolada.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é analisar a influência da sustentabilidade corporativa nos arranjos empresariais. Como problema de pesquisa, definiu-se qual a influência da sustentabilidade corporativa nos arranjos empresariais?

A queda de barreiras protecionistas e a tendência na integração de mercados, têm aumentado a concorrência entre as empresas, forçando-as a revisar suas margens de lucro, políticas de investimentos, atuação em novos mercados e participação em novos modelos de atuação estratégica (MARTINS, 2004). Este fato é atingido quando os participantes dos conglomerados empresariais realizam boas práticas sustentáveis.

Sendo assim, conforme Castro e Rodrigues (2014, p. 5), [...] a cooperação entre as empresas tem se destacado como um meio capaz de torná-las mais competitivas”. A junção dos esforços e recursos podem representar às empresas diferencial significativo na conquista do mercado (MARTINS, 2004). Dessa forma, torna-se necessária a inclusão das dimensões da sustentabilidade corporativa nos vários elos que formam sua rede interempresarial.

O trabalho inicialmente apresenta revisão sobre a produção científica alusiva ao tema de pesquisa, após faz-se uma reflexão sobre a sustentabilidade nos diversos modelos de conglomerados empresariais e sua influência para os resultados do negócio, finalmente apresenta considerações para estudos futuros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nessa sessão trataremos os conceitos científicos que embasarão essa pesquisa.

2.1 SUSTENTABILIDADE

No mundo corporativo, sustentabilidade pode ser definida como uma abordagem de negócio que considera de forma equilibrada e holística os aspectos econômicos, sociais e ambientais gerando em longo prazo benefícios a gerações futuras e as partes interessadas “stakeholders” (LANGE, BUSCH e DELGADO-CEBALLOS, 2012). A sustentabilidade organizacional segundo Araújo et al. (2006), são as ações que as organizações realizam visando à promoção de programas sociais e à redução dos impactos ambientais e se mantendo economicamente viável no mercado. O mesmo autor afirma que uma organização ecologicamente sustentável está agindo de forma socialmente responsável atendendo o interesse dos stakeholders que

afetam ou são afetados por suas atividades. O engajamento dos stakeholders aparece hoje como umas das maiores e importantes ferramentas para o entendimento, por parte das empresas, do verdadeiro significado de sustentabilidade e como isso pode agregar valor e responsabilidade em suas operações companhias (GONÇALVES-DIAS, MACIEL e SOARES, 2009).

A sustentabilidade se converte em estratégias e práticas organizacionais, delimitadas por um conjunto de condicionantes socioambientais, na qual a gestão dos riscos envolvidos depende não somente da capacidade técnica e econômica das empresas, mas também de como se organizam para responder tais condicionantes (AMATO NETO, 2011). Integrar lucro, sociedade e planeta na cultura da empresa vai além do design e da vida útil do produto é uma análise logística que significa ser responsável pelo destino de seu produto após a entrega aos clientes e pelo impacto ambiental produzido pelos resíduos gerados em todo processo produtivo e também após seu consumo, de modo geral é a logística que pode verificar tudo o que ocorre durante a cadeia produtiva (GONÇALVES-DIAS, MACIEL e SOARES, 2009).

2.2 CADEIAS PRODUTIVAS

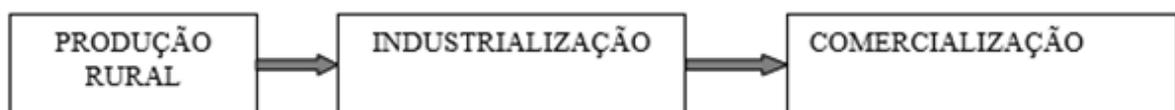
O conceito de cadeia produtiva abrange diversas áreas do conhecimento, e existem várias abordagens teórico-metodológicas que a envolve. O termo é entendido como a malha de interações sequenciada de atividades e segmentos produtivos que convergem para a produção de bens e serviços, articulando o fornecimento dos insumos, o processamento, a distribuição e a comercialização, e mediando a relação do sistema produtivo com o mercado consumidor (SEBRAE, 2008).

Cadeia produtiva é o conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, constituindo-se em segmentos (elos) de uma corrente, possui componentes interativos, abrangendo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, industriais de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. Objetiva suprir o consumidor final de determinados produtos ou sub-produtos (CASTRO, 1998).

O termo teve origem dos estudos da economia industrial francesa, que confere inclinação aos aspectos de distribuição de um determinado produto industrial, diferentemente do antigo modelo de criação de competitividade onde o privilégio era dado a variável preço no processo de coordenação do sistema (BATALHA, 1998). A análise de *Filière*, desenvolvida por pesquisadores franceses, surgiu na década de 1960, em estudos sobre o comércio e a agricultura francesa. Pode ser considerado um conjunto de estudos que têm em comum a utilização da noção de cadeia (Chain, *Filière*) como ferramenta para suas análises, pois *Filière* descreve estudos em que um dado produto é seguido ao longo de uma série de atividades, desde o produtor até o consumidor final (RAIKES, JENSEN e PONTE, 2000).

A Figura 1 representa um esquema de uma cadeia de produção agroindustrial genérica.

Figura 1: Esquema de cadeia produtiva genérica



Fonte: Batalha (2001).

Para Batalha e Silva (2001) uma cadeia de produção agroindustrial pode ser segmentada, em três macrossegmentos:

Comercialização: Representa as empresas que mantém contato com o cliente final da cadeia, viabilizando tanto o consumo, quanto o comércio dos produtos finais, a exemplo de supermercados, restaurantes, cantinas, entre outros. Neste macro segmento podem ser incluídas empresas responsáveis somente pela logística de distribuição dos produtos.

Industrialização: Este macro segmento diz respeito às firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais. O consumidor pode tanto ser uma agroindústria, quanto uma unidade familiar.

Produção de matérias-primas: Reúne as firmas fornecedoras de matérias-primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final, como por exemplo, agricultura, pecuária e pesca.

2.3 APL's ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

As evidências recentes indicam que as empresas têm aumentado os acordos de cooperação para transações que requerem alto nível de envolvimento e coordenação entre parceiros. Com esse propósito surge os Arranjos Produtivos Locais (APLs), onde as principais correntes teóricas relacionam o desenvolvimento regional à competitividade e a organização da indústria local. Assim sendo, pode-se afirmar que o desenvolvimento regional, a competitividade e a organização da indústria local estão intimamente relacionados (GUSSONI, WEISE e MEDEIROS, 2015).

O Arranjo Produtivo Local – APL, ao contrário dos demais empreendimentos coletivos, não se constitui sob a forma de pessoa jurídica ou é determinado por um contrato (SEBRAE, 2014).

Os APLs são sistemas que podem ser utilizados para promover a cooperação empresarial, a inovação contínua e o desenvolvimento sustentável das Pequenas e Médias Empresas – PMEs (GALDÁMEZ, CAPINETTI e GEROLAMO, 2009).

As vantagens proporcionadas pelos APLs favorecem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das pequenas e médias empresas, possibilitando que elas participem do mercado mesmo competindo com empresas de maior porte, desde que funcionem de forma complementar, vencendo as desvantagens de serem pequenas (FAVER, 2009).

Através da análise de seis definições para APLs, Gonçalves, Leite e Da Silva (2012) chegam a seguinte definição para Arranjo Produtivo Local:

São aglomerações ou concentrações territoriais e setoriais de agentes econômicos, políticos e sociais em torno de uma atividade econômica específica, nas quais se estruturam vínculos e relações de interação, interdependência, cooperação e aprendizagem, voltadas para o enraizamento da capacidade inovativa contínua, essencial para a geração de competitividade e sustentabilidade de seus membros, como também para a promoção do dinamismo econômico local da região em que o APL está inserido, diminuindo as disparidades intra e inter-regionais (GONÇALVES, LEITE e DA SILVA, 2012, p 833).

O Arranjo Produtivo Local é considerado uma junção de empresas, que tem sua localização em território próximo, distinguem-se pela especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais como o governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (CHAGAS, 2011). O APL, de acordo com SEBRAE (2014), apresenta características marcantes diferenciando-se de outras aglomerações empresariais ou produtivas, independe do estágio de evolução, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1: Características do APL

Características do APL		
Dimensão territorial	É o espaço onde processos produtivos, inovadores e cooperativos têm lugar	Municípios, microrregiões, entre outros
Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais	Os arranjos envolvem a participação e interação de empresas, órgãos de classe, instituições privadas e públicas de ensino, pesquisa, consultoria, instituições políticas e de promoção e financiamento e a comunidade organizada em geral.	Produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, Câmara de dirigentes lojistas, Associações empresariais, Universidades, SEBRAE, Sistema S.
Conhecimento tácito	Processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimento, por parte de empresas, instituições e indivíduos	Repasse de conhecimentos entre os participantes do APL.

Fonte: Adaptado SEBRAE (2014)

Para Sgarbi (2009), estes agrupamentos tem a função potencializar os pontos positivos de cada organização, com grande preocupação em relação a capacitação e educação social, por isso os agrupamentos compreendem também instituições de ensino e coordenação, além das empresas que atuam em uma mesma atividade econômica. Para o mesmo autor, há grandes benefícios elencados a proximidade geográfica, como o aumento do acesso a empregados e fornecedores, aumento do acesso a informação especializada, acesso a instituições e bens públicos, aumento de inovação, menor risco de fracassos de negócio, maior conhecimento de oportunidades de negócio, identificação de oportunidades de serviços e produtos, entre outros.

2.4 CLUSTERS

Conforme OECD (2007), cluster é um conjunto muito diverso de estruturas econômicas com relação ao porte das empresas, ao setor de atividade e ao tipo de relação cooperativa predominante.

Clusters são concentrações geográficas de empresas, pertencentes a um mesmo setor ou a setores conexos, que, beneficiadas por atividades de apoio e pela presença de instituições, geralmente atuam de forma especializada e complementar (LINS, 2000).

O conceito de clusters pode ser usado em regiões atrasadas, para as PME ou para as empresas de múltiplos sistemas, para atender às indústrias novas e também as maduras, existentes ou para gerar novas. O comum é que algumas vantagens podem ser derivadas em cada situação do processo de interação e colaboração que estão presentes, embora em diferentes graus em cada tipo de lugar. (OCDE, 2007, p.37).

Martin e Sunley, (2003), alegam falta de rigor conceitual sobre o conceito de cluster, atestam que é vago, elástico, com multiplicidade tanto na definição geográfica como na identificação dos elementos socioeconômicos que constituem a aglomeração. Geralmente, as definições apresentam diversas possibilidades de interpretação, devido à falta de delimitação sobre os elementos que se procuram descrever.

As políticas públicas estão presentes na estruturação dos Clusters, de acordo com OECD (2007), a forma como cada país aplica a política de clusters relaciona-se estreitamente com os objetivos mais gerais das políticas voltadas ao setor produtivo, de modo a enquadrar as visões e tradições das políticas industrial, científica e tecnológica e de desenvolvimento regional.

A proximidade espacial para a produção, transmissão e partilha de conhecimento tácito, reforça a importância de clusters inovadores, em distritos e regiões, estes se beneficiam da presença de capacidades localizadas, são ativos intangíveis que reforçam essa forma integradora (força centrípeta) (ASHEIN; GERTLER, 2006).

2.5 POLOS

Segundo a concepção de polarização, a região é um espaço heterogêneo, onde estão presentes as relações entre um polo e sua periferia. Assim, a região polarizada pode ser definida como o lugar de intercâmbio de bens e serviços, em que a intensidade interior é superior, em cada ponto do espaço definido, à intensidade exterior. Isso implica que esses pontos apresentem uma interdependência maior entre eles do que com outros pontos situados fora da região (HOOVER; FISHER, 1977).

Castells e Hall (1994), apresentam três processos históricos que têm alterado a estrutura de cidades e regiões bem como sua dinâmica de crescimento, são eles: a revolução tecnológica; a formação de uma economia global e o surgimento de uma forma de produção e de gerenciamento informais. Os pólos tecnológicos são centros planejados para a promoção de indústrias de alta tecnologia. A realidade dessas transformações é o que redefinem as condições e os processos de desenvolvimento local e regional (CARVALHO *et al.*, 2007).

2.6 REDES

Os estudos sobre Redes de Empresas se destacam a partir de uma experiência bem-sucedida nas décadas de 50 e 60, na chamada Terceira Itália. Afetados pelos problemas econômicos e sociais do pós-guerra, os famosos Distritos Industriais tornaram-se modelos de pequenas empresas agrupadas em redes. Estes distritos industriais foram o marco inicial para estudos sobre redes de empresas entre outros conceitos correlatos, como arranjos produtivos, aglomerados e etc. (CASAROTTO FILHO, 2015; RODRIGUES, 2014). Destaca-se também outras regiões pioneiras em experiências de formação de redes de cooperação, e com resultados muito positivos. As regiões da Europa (norte e leste da Itália, Sul da Alemanha, Dinamarca e Portugal), nos Estados Unidos (Vale do Silício) e no Japão (os keiretsu) (AMATO NETO, 2000).

Entre as estratégias adotadas, encontram-se a formação de redes entre organizações, empresas e governos, uma prática mais acentuada nos dias atuais que pretende garantir a sobrevivência e a competitividade, criando desta forma, mecanismos capazes de promover estruturas organizacionais que inovam na formação de relacionamentos entre as partes interessadas (LEÓN OLAVE; AMATO NETO, 2001; GONÇALVES; LEITE; SILVA, 2012).

Embora a composição de rede seja vista como uma forma organizacional, e como uma estratégia dos dirigentes das firmas face à turbulência e complexidade do ambiente organizacional, não existe uniformidade de conceitos para defini-la (LEÓN OLAVE; AMATO NETO, 2001).

Rede de empresas são formatos organizacionais, definidos a partir de um conjunto de articulações entre empresas, envolvendo a realização de transações e/ou o intercâmbio de informações e conhecimentos entre os atores, não implicando necessariamente na proximidade espacial de seus integrantes (LASTRES, 2007). Para Rodrigues (2014), Rede de Empresas é a associação formal ou informal de empresas com características semelhantes ou com forte vinculação a um determinado setor econômico ou ao(s) cliente(s) com grande influência territorial.

Em seu conceito, a empresa não é analisada isoladamente, mas sim dentro de um contexto que envolve uma ou mais empresas atuando de forma interativa, integrada, podendo compartilhar recursos, pessoas, tecnologias, com uma única forma de atuação e uma mesma estratégia (OLIVEIRA E CÂNDIDO, 2006).

2.6 CONSÓRCIOS

O consórcio é uma modalidade de associação temporária de empresas com vistas a um objetivo comum, na qual uma estrutura organizacional é formada para representar o conjunto de empresas. No entanto, esta nova estrutura não possui personalidade jurídica, mantendo-se as empresas, que participam do consórcio, juridicamente independentes. (MARTINS, 2004).

Os consórcios podem ser compostos por empresas do mesmo país ou por empresas de países diferentes e no momento da associação os participantes não contribuem com capital. Na sua maioria são formados por empresas privadas, exceto em determinadas atividades que empresas estatais dominam o mercado e se associam às empresas privadas. Os consórcios não possuem personalidade jurídica, mantendo os participantes autonomia jurídica e econômica. São também associações transitórias, pois terminam quando o objetivo do consórcio é alcançado (SILVA; SOUSA, 2009).

Segundo CASTRO; RODRIGUES (2014, p. 9), “Consórcio empresarial é a união de várias empresas com a finalidade de realizar um empreendimento ou efetuar negociações geralmente maiores do que a capacidade individual de cada participante”. O Consórcio é considerado uma modalidade de joint venture contratual, que reúne empresas em torno da execução de um projeto, esta união normalmente busca dissolver riscos e custos. Assim Silva e Sousa (2009, p. 54) definem:

O consórcio ou contratual joint venture é formado tendo como alvo a execução de um determinado projeto de duração limitada que, pelas suas especificidades, normalmente risco e investimento elevado, requer o trabalho conjunto de duas ou mais empresas para atingir um objetivo comum. São acordos de cooperação formais entre empresas que não envolvem a partilha de capital nem a criação de uma nova entidade legal. As partes mantêm, portanto, a sua autonomia jurídica e estratégica. (SILVA e SOUSA, 2009, p. 54)

Para Silva e Sousa (2009) as principais motivações para o surgimento dos consórcios são: Redução do risco e do investimento: quando o risco ou o investimento necessário para a execução de uma atividade é demasiadamente alto para uma empresa isolada, a cooperação entre empresas surge como opção para reduzir a temeridade ou a necessidade de capital, partilhando recursos financeiros, físicos e conhecimento; Flexibilidade: o consórcio apresenta-se como uma alternativa mais flexível, pois é uma forma de associação que conserva a autonomia de cada empresa quanto a gestão de sua estratégia e possui prazo determinado encerrar. Não havendo a necessidade de formação de uma nova empresa com participação de capital; Adequar a dimensão das empresas ao tamanho do objetivo: em algumas situações, a dimensão do empreendimento ultrapassa a capacidade individual das empresas, por isso, a formação de um consórcio possibilita a adequação do tamanho das empresas à determinados empreendimento; e Entrada em novos mercados: em determinados mercados, a entrada é facilitada quando ocorre a formação de um consórcio com empresas locais, pois diminuem-se as barreiras protecionistas criadas por governos e entidades locais, a fim de inibir a presença de empresas internacionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se de natureza descritiva, no intuito de descrever características de determinada população ou fenômeno, ou então, estabelecer relações entre as variáveis (GIL, 1999), dessa forma, os fenômenos estudados não são manipulados pelo pesquisador, destaque ao esclarecimento dos fatos e compreensão de sua natureza, sob pena de invalidar a pesquisa (BEUREN, 2004). Na compreensão de Silva e Monteiro (2003), o objetivo principal da pesquisa descritiva é descrever as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. Esse entendimento também é o de Triviños (2004, p. 110), ao afirmar que “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Com relação aos procedimentos, utiliza-se da pesquisa bibliográfica por recolher informações e conhecimentos prévios sobre determinado problema, sendo parte obrigatória por apresentar os conhecimentos sobre a produção científica já existente (BEUREN, 2004). Cita também que os materiais utilizados na pesquisa bibliográfica são aqueles já de domínio público, em relação ao tema de estudo. Gil (1999) salienta que a pesquisa bibliográfica é realizada especificamente em materiais já elaborados, principalmente em livros e artigos científicos.

Quanto à abordagem do problema, compreende-se como qualitativa. Na pesquisa qualitativa, configuram-se análises aprofundadas em relação ao fenômeno estudado, visa destacar características não observadas nos dados quantitativos (BEUREN, 2004).

Serão analisados livros, artigos e revistas científicas da área na busca de levantar inquietações pertinentes a responder o problema de pesquisa. A coleta dos dados envolveu três momentos, primeiramente fez-se o levantamento de publicações alusivas à sustentabilidade e as distintas formas de conglomerados empresariais. Num segundo momento, realizou-se o compilado de dados que melhor explicaram a relação entre empresas sustentáveis e os resultados empresariais, finalizando a discussão, apresentaram-se possibilidades para estudos futuros.

De posse das informações, seguiu-se a análise descritiva dos dados, no intuito de relatar comportamentos sobre o objetivo da presente pesquisa, nos conglomerados empresariais estudados (BEUREN, 2004). A análise foi desenvolvida a partir da organização dos arquivos com finalidade de elaborar os quadros de autores e de termos-chave. A esses foram acrescentadas observações sobre possíveis relações com as questões da pesquisa.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A integração da sustentabilidade corporativa ao longo da cadeia produtiva tende a propiciar a perpetuação dos negócios, porém, isto apenas será possível quando todos os participantes da cadeia produtiva realizarem boas práticas sustentáveis (JAPPUR *et al*, 2008). Organizações em cadeias globais começam a perceber a necessidade de incluir a sustentabilidade nas estratégias de negócio e já estão incentivando a melhoria do desempenho sustentável, principalmente em seus fornecedores diretos (SWIFT e ZADEK, 2002).

Pesquisa realizada por Jappur *et al* (2008), apresentam a tendência da percepção dos participantes quanto a aplicabilidade dos mecanismos sustentáveis de Responsabilidade Social Corporativa, Governança Corporativa, Ecoeficiência, os Sistemas de Gestão Certificáveis, Produção Mais Limpa e os Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (GRI), consideram como sendo de média à alta aplicabilidade nos tipos de cadeias produtivas pesquisados. Mesmo assim, ainda não existe um método consagrado de sustentabilidade corporativa que cubra toda a cadeia produtiva de um determinado negócio.

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a micro e pequena Empresa) é um parceiro que atua em APL'S promovendo a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos empreendimentos no intuito de incentivar processos locais de desenvolvimento (CARVALHO *et al*, 2007). Um fator determinante para o desenvolvimento e sustentabilidade dos APL's é a estruturação de políticas voltadas à sustentabilidade que servirá como condutor do desenvolvimento regional. Outro ponto de destaque é o modelo que se baseia numa empresa-âncora com fortes conexões externas que, por si só, não garantem a sua sustentabilidade (AUN *et al*, 2008).

Para Zacarelli (2004, p. 200), um cluster completo deve incluir, entre outras, características relacionadas à tecnologia, assim como a competitividade, sustentabilidade ambiental e cultural, qualidade de vida e sinergia, como resultado de relações sistêmicas. A manutenção de um cluster que atenda ao tripé da sustentabilidade só ocorrerá se a exploração do produto estiver embasada em políticas públicas e planejamento estratégico que definam as condições de sustentação e a sua inserção em nível regional, nacional e global (CUNHA, 2005).

A sustentabilidade em polos empresariais, se efetivará a partir da formação de um APL que tenha correta compreensão sobre a valorização do seu território, sua identidade e valores. A percepção de valor da localidade se efetivará pela mudança cultural na produção, com destaque para a preocupação com o meio ambiente e ciclo de vida dos produtos (DE ARRUDA e SILVA, 2017).

A necessidade trabalho colaborativo para superar as limitações e garantir a sustentabilidade da atuação em redes, traz como pontos positivos as negociações conjuntas, marketing compartilhado, valorização de marcas, redução de custos, assessoramento e consultorias, abertura e consolidação de mercados, planejamento e organização dos negócios, troca de informações e experiências, aumento da motivação e confiança no negócio (SEDAI, 2001). A competição deixa de ser independente e passa a ocorrer entre cadeias produtivas e redes de empresas, formando um conglomerado favorável à inovação e cooperação para o embasamento do crescimento sustentável (VINHAS e BECKER, 2006).

Como principais fatores que motivam a criação de consórcios, destaque para a modesta relevância da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), o assistencialismo versus a sustentabilidade, o desalinhamento e conflitos; a superficialidade da RSC; o baixo nível de consciência dos indivíduos e grupos e a falta de capacitação dos interlocutores nas empresas (CERES, 2013). Pesquisa realizada por Barros e Tenório (2007), demonstrou a influência das ações corporativas pautadas por um sistema de valores empresariais, por ações praticadas pelos colaboradores, gerando assim valores próprios de cunho social.

O termo mais usado para descrever o papel dos diversos arranjos empresariais com o desenvolvimento sustentável é a “sustentabilidade corporativa” (BOVESPA, 2010). O princípio da sustentabilidade nas empresas, como ressaltado por Porter e Kramer (2006), consiste na busca da continuidade no mercado e no crescimento da organização a partir de sua viabilidade econômica, harmonia com o meio ambiente e sociedade. A sustentabilidade se converte em um princípio fundamental da gestão inteligente, tão necessário para garantirmos a manutenção dos recursos para as futuras gerações (SAVITZ; WEBER, 2006).

Estudo recente realizado por Milani (2012) teve como objetivo mensurar a performance de diversos índices calculados pela BMF&BOVESPA, a fim de verificar se há diferenças entre índices que listam empresas com melhores práticas de Sustentabilidade, Responsabilidade Social, Governança Corporativa e o Ibovespa, que representa o mercado, e foi possível concluir que os resultados deste estudo estão alinhados com Ortas, Moneva e Salvador (2010); Hoti, McAleer e Pauwels (2008); e Rabelo et. al (2007) no sentido de que a volatilidade dos índices de melhores práticas é inferior. Levando-se em conta que os índices que representam as melhores práticas apresentam retorno por unidade de risco significativamente superior, é possível concluir que eles são benéficos também aos shareholders, além dos stakeholders.

Ou seja, embora as realidades das empresas alocadas em arranjos empresarias sejam diferentes das empresas com ações na bolsa de valores, o efeito das práticas sustentáveis de longo prazo é importantíssimo não somente para a própria empresa mas sim para todos os atores envolvidos com ela em seu habitat e mercado. Do ponto de vista de análise de retorno sobre os investimentos, inclusive e principalmente dos sócios investidores, a adoção de práticas de gestão sustentáveis melhoram significativamente as chances de melhores resultados para os acionistas e pode ser percebido pelo mercado.

5 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

Conforme assinalado no início do texto, a sustentabilidade aborda a gestão dos negócios de forma a considerar os aspectos financeiro, social e ambiental, gerando em longo prazo benefícios a gerações futuras e as partes interessadas, ou seja, aos stakeholders. Indicou-se, igualmente, que as diferentes formações empresariais, tendem a trabalhar visando a cooperação.

Este artigo apresenta a influência da sustentabilidade corporativa nos diversos arranjos empresariais, aos benefícios derivados da proximidade entre os atores e do favorecimento e incentivo às interações dinâmicas e densas, que promulgam o sucesso em termos de cooperação. Isso implica admitir que as aglomerações produtivas representam ambientes férteis à cooperação, entre empresas, envolvendo também as instituições de ensino, o que propicia dinamismo na aprendizagem, nos processos reconhecidos como complexos, coletivos e interativos. De acordo com literatura, a sustentabilidade nos espaços onde os processos de aprendizagem mostram-se institucionalmente organizados e são acompanhados por efetivo protagonismo inovador são aquelas comprometidas com a mudança e com o desenvolvimento das atividades geradoras de tais mudanças.

Com efeito, há que registrar, por exemplo, a ocorrência de aglomerados empresariais que se utilizam da sustentabilidade para influenciar ações corporativas pautadas por um sistema de valores empresariais, determinadas por ações praticadas pelos colaboradores, gerando assim valores próprios de cunho social.

Vemos surgir uma nova geração de protagonistas disposta a liderar temas sustentáveis, bancando essa diferenciação em virtude da sobrevivência, De sua própria, no mercado; da organização que representa, à frente dos concorrentes numa ambiente de competitividade acirrada; e ambos promovendo a governança do planeta.

Entretanto, o olhar interrogativo lançado à sustentabilidade nos diversos arranjos empresariais, está para estudos futuros sobre as práticas organizacionais voltadas ao tripé da sustentabilidade. Uma linha futura de investigação poderá ser a aplicação de métodos quantitativos para modelar práticas de sustentabilidade desenvolvidas nas organizações, em particular nos arranjos empresariais locais.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. **Redes entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional**. São Paulo: Atlas, 2000.

AMATO NETO, J. **Os Desafios da Produção e do Consumo sob Novos Padrões Sociais e Ambientais**. In: AMATO NETO, J. Org. Sustentabilidade e Produção: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, G. C.; BUENO, M. P.; SOUSA, A. A.; MENDONÇA, P. S. M. Sustentabilidade empresarial: Conceitos e Indicadores. In: CONGRESSO ONLINE, 3, 2006, Anais... III **CONVIBRA**, 2006, p. 1-20.

AUN, M. P.; et al. Arranjos Produtivos Locais e Sustentabilidade: políticas públicas promotoras do desenvolvimento regional e da inclusão social. **Revista Alcance**, v. 12, n. 3 (Set-Dez), p. 317-334, 2008.

BARROS, R. P. M.; TENÓRIO, F. G. RESPONSABILIDADE SOCIAL: VALOR CORPORATIVO OU INDIVIDUAL? O CASO DO CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO DOI: 10.5773/rgsa.v1i1.15. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 47-65, 2007.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. **Gestão Agroindustrial**. 2. ed., vol 1, São Paulo: Atlas, 2001.

BOVESPA. **Mercado**: Ações – Índices. 2010. Disponível em: <<http://bovespa.com.br>>.

BATALHA, M. O. Cadeias Agroindustriais: definições e aplicações. **Notas de aula.** Dep/UFSCar. São Carlos, 1998.

BEUREN, I. M. (Et all.) (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

CARVALHO, S. S. M. et al. Pólos tecnológicos e desenvolvimento regional. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXV**, p. 1-20, 2007.

CASAROTTO FILHO, N. Clusters e inovação: as mudanças nos distritos industriais e a quarta fase da intervenção na região da Emilia Romagna. in: AMATO Neto, J. (org) **anais do III seminário internacional de inovação da pequena e média empresa**, São Paulo, USP, 2015.

CASTELLS, M.; HALL, P. G. **Technopoles of the world: the making of twenty-first-century industrial complexes.** London: Routledge, 1994. 275p.

CASTRO, C. C. et al. Estudo da cadeia láctea do Rio Grande do Sul: uma abordagem das relações entre os elos da produção, industrialização e distribuição. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 143-164, 1998.

CASTRO, L. H. de; RODRIGUES, É. R. **Consórcio de empresas.** Brasília: Sebrae, 2014.

CERES: Modelo de consórcio empresarial de responsabilidade socioambiental - metodologia para sustentabilidade sociotecnológica/ Serviço Social da Indústria, Departamento Regional do Estado do Ceará. - Fortaleza: **Departamento Regional do Estado do Ceará**, 2013

CHAGAS, T. D. Criação de Vantagens Competitivas em um APL sob a perspectiva da Visão Baseada em Recursos: Um Estudo em Empresas de Cerâmica do Rio Grande do Norte. **VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração.** 2011.

CUNHA, S. K. da; CUNHA, J. C. da. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. SPE2, p. 63-79, 2005.

DE ARRUDA, A. J. V.; SILVA, P. R.. A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL E INOVAÇÃO SUSTENTAVEL: ESTRATÉGIAS DE COMPETITIVIDADE, APLICADOS EM POLOS MOVELEIROS PERNAMBUCANOS EMERGENTES. **Mix Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 93-99, 2017.

FAVER, L. **Arranjos Produtivos Locais (APLs) como forma de desenvolvimento local sustentável baseado na agricultura orgânica.** In: Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade. OLIVEIRA, J.A.P. (Org.) 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 67-90. 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

- GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; MACIEL, F. S.; SOARES, J. D. A. Desafios para gestão da sustentabilidade em cadeias de suprimentos: uma análise exploratória na cadeia da carne bovina brasileira. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E GESTÃO - ICIM, 6., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-SP, Núcleo de Estudos do Futuro, 2009.
- GALDÁMEZ, E.V.C.; CAPINETTI, L.C.R.; GEROLAMO, M.C.. Proposta de um sistema de avaliação de desempenho para arranjos produtivos locais. **Gestão & Produção**, v. 16, n. 1, p. 133-151, 2009.
- GEREFFI, G. et al. Introduction: global commodity chains. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Org.). **Commodity chain and global capitalism**. Westport - London: Praeger, 1994.
- GONÇALVES, A. T. P.; LEITE, M. S. A.; SILVA, R. M. da. Um estudo preliminar sobre as definições e as diferenças dos principais tipos de arranjos empresariais. **Revista Produção Online**. Florianópolis, SC, v. 12, n. 3, p. 827-854, jul/set. 2012.
- GUSSONI, W. M. S.; WEISE, A. D.; MEDEIROS, F. S. B. Caracterização dos APLs: O Caso das Empresas de Software no Estado do Paraná. **Revista Pretexto**, v. 16, n. 4, p. 29-46, 2015.
- HOOVER, E. M.; FISHER, J. L. **Estudo sobre crescimento econômico regional**. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 281-290.
- HOTI, S.; MCALEER, M.; PAUWELS, L.L. **Multivariate Volatility in environmental finance**. *Mathematics and Computing in Simulation*. v. 78, p. 189-199, 2008.
- JAPPUR, R. F. et al. A visão de especialistas sobre a sustentabilidade corporativa frente às diversas formações de cadeias produtivas. **Revista Produção Online**, v. 8, n. 3, 2008.
- LANGE, D. E.; BUSCH, T.; DELGADO-CEBALLOS, J. D. Sustaining Sustainability in organizations. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 2, p. 151-156, 2012.
- LASTRES, H. M. M. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: contribuições para uma nova política de desenvolvimento industrial e tecnológico. **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)**. Rio de Janeiro, 7 de junho de 2007.
- LEÓN O., M.E.; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gestão e Produção**. v.8, n.3, p.289-303, dez. 2001.
- LINS, H. N. Florianópolis, cluster turístico? Turismo em Análise. **São Paulo**, v.11, n.2 p.55-70. Nov 2000.
- MARTIN, R.; SUNLEY, P. Deconstructing clusters: chaotic concept or policy panacea? **Journal of Economic Geography**, n. 3, p. 5-35, 2003.
- MARTINS, E. M. O. Parcerias empresariais e competitividade. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 252, 16 mar. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4978>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MILANI, Bruno. et al. **Práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social afetam o risco e o retorno dos investimentos?** Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 667-682, DEZ. 2012.

OLIVEIRA, V .M.de.; CÂNDIDO, G.A. As formas de organizações em redes e a atuação dos brokers. **Anais do XXVI ENEGEP** - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR530358_7011.pdf. Acesso em: 29 abr. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT-OECD. **Annual Report, 2007**. Paris, maio, 2007. Disponível em: < <http://www.oecd.org/newsroom/38528123.pdf> > Acesso em: 23 abr, 2017.

ORTAS, E.; MONEVA, J.M.; SALVADOR, M. **Conditional Volatility in Sustainable and traditional stock exchange indexes: analysis of the Spanish Market**. Globalization, Competitiveness & Governability, v. 4, n. 2, 2010.

PORTER, M.; KRAMER, M. Estrategia y sociedad. **Harvard business review**, v. 84, n. 12, p. 42-56, 2006.

RABELO, S. S. T.; ROGERS, P.; RIBEIRO, K. C. S.; SECURATO, J. R. **Performance das Melhores Práticas de Governança Corporativa no Brasil: um estudo de carteiras**. FACEF Pesquisa, v. 10, n. 2, 2007.

RAIKES, P.; JENSEN, M. F.; PONTE, S. Global commodity chain analysis and the French filière approach: comparison and critique. **Economy and Society**, London, v. 29, n. 3, p. 390-417, 2000.

RODRIGUES, É. R. Q. **Rede de empresas**. Brasília: Sebrae, 2014.

SAVITZ, Andrew W.; WEBER, Karl. **The triple bottom line**. San Francisco, Jossey-Boss, p. 320, 2006.

SEBRAE. **Cadeia produtiva logística: Cenários econômicos e estudos setoriais**. Recife, 2008.

SEBRAE. **Arranjo Produtivo Local: Série Empreendimentos coletivos**. 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br>. Acesso em: 01/Maio/2017.

SEDAI. Manual do Consultor do Programa Redes de Cooperação. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, abr. 2001.

SGARBI, V. S. O arranjo produtivo local como potencializador da vantagem competitiva: a visão dos participantes do APL de turismo Região Lagoas em Alagoas. **Contextus, Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 21-28, jul./dez. 2009.

SILVA, S. C.; SOUSA, M. J. Consórcios internacionais de empresas de construção civil: O caso da Mota-Engil. **Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 51-63, jun. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 maio 2017.

SILVA, A. M. M.; OLIVEIRA, M. R. N. S. **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003

TOMAZZONI, E. D. **Turismo e Desenvolvimento Regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

VINHAS, A. P. L. C.; BECKER, G. V. Redes de cooperação interorganizacional: O caso da rede Macsul. Análise – **Revista de Administração da PUCRS**, v. 17, n. 1, 2006.

SWIFT, T.; ZADEK, S. **Corporate Responsibility and the Competitive Advantage of Nations**. Copenhagen Centre, 2002.

ZACARELLI, S. B. **Estratégia e Sucesso nas Empresas**. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2004.